

UNIVERSIDADE POPULAR

Texto para debate

José Francisco de Melo Neto¹

¹ Professor titular da Universidade Federal da Paraíba, atuando na Pós-Graduação em Educação e na Incubadora de Empreendimentos Solidários (INCUBES/UFPB). Coordena o Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (EXTELAR), certificado no CNPQ (www.prac.ufpb.br/extelar/extelar.html).

APRESENTAÇÃO

Este texto objetiva contribuir para o debate sobre a Universidade Popular no Brasil, ante o potencial existente para sua efetuação.

Apresenta uma rápida visão da atual sociedade com o domínio estabelecido do capital sobre o trabalho. Nesse modelo, o trabalho intelectual não é destinado às classes trabalhadoras, restando-lhes, tão somente, o seu trabalho manual e aprofundando-se, dessa forma, o processo de alienação.

Em seguida, faz um breve histórico sobre a criação da universidade, resgatando-se os debates de projetos de universidade no Brasil, nas últimas décadas, com destaque para a implantação da extensão universitária.

Com isso, descortina-se, concretamente, a visão da extensão, como extensão popular, concebida como trabalho social e útil, com a intencionalidade de promover mudanças, permeadas de valores éticos que ajudam no esforço de superação da alienação.

Em síntese, sugere caminhos para a discussão dessa utopia realizável da Universidade Popular.

SUMÁRIO

Resumo

Introdução

Universidade idealizada

Universidade no Brasil

Extensão universitária

Extensão popular

Universidade Popular

Considerações

Referências bibliográficas

UNIVERSIDADE POPULAR

Resumo

Este trabalho objetiva contribuir com o debate sobre a Universidade Popular, seguindo os passos do método histórico-comparativo, por meio de uma análise dialética em três movimentos teóricos: a) uma *síntese* com a caracterização das visões dominantes de universidade; b) uma *análise histórica* com pensadores modernos e contemporâneos que trataram da questão, com reflexos nas perspectivas de universidades no Brasil, surgindo a extensão universitária como produto das contradições existentes; c) uma *nova síntese* na qual se expõe a possibilidade de criação da Universidade Popular, a partir de práticas extensionistas, definindo uma visão do que seja popular e, em consequência, extensão popular e caminhos que conduzem à Universidade Popular. Nesse sentido, adota-se o popular como visão filosófica de mundo que prioriza as demandas da maioria da população, com metodologia própria para as relações humanas, pela ética do diálogo. O texto dá ênfase especial à atividade universitária, capaz de reafirmar a totalidade perdida - ensino, pesquisa e extensão -, recuperando o conhecimento como um bem social emancipador e, necessariamente, coletivo.

Palavras-chave: Universidade. Popular. Universidade Popular.

Introdução

O momento em que se vive, sob o domínio do capitalismo monopolista, tem como uma de suas características a ênfase na separação entre o trabalho manual e o trabalho mental ou intelectual. Essa separação afasta os trabalhadores diretamente da produção de ideias, em especial, quando são alijados de sua capacidade de pensamento, repassando-se a outrem essa função primordial da vida humana. Destaca-se um tipo de racionalidade, denominada de instrumental, segundo o pensamento habermasiano, a qual leva o homem a ser visualizado, única e exclusivamente, como força produtiva e não como alguém que também pensa.

Para Braverman (1987), essa separação entre mão e cérebro é algo decisivo, como uma medida simples na divisão do trabalho no atual modo de produção capitalista, sendo inerente a esse modo de produção. A visão socialista critica esse estilo de vida, demonstrando que tudo transforma-se em dinheiro, que é apropriado pela classe dominante. A esse respeito, Marx (1978: 15) já chamava a atenção também para o controle das “superestruturas intelectuais, artísticas e filosóficas de toda a sociedade,

monopolizando a cultura do passado, do presente e mesmo, se os não impedissem disso, do futuro”. Esse modelo continua na organização do trabalho, na sociedade industrial, com reforço do liberalismo, passando por novas formas e novas substâncias em processos de mudanças. Persiste atualmente com o trabalho na sociedade pós-industrial, que se diz trabalho de menos, mesmo que se esteja trabalhando muito mais, com reforço das novas tecnologias. O maior tráfego das tecnologias da informação, possibilitando mais e melhores comunicações, faz o homem trabalhar em qualquer parte em que esteja.

Contraditoriamente, as novas organizações do capitalismo têm tornado evidente a necessidade e a importância de se trabalhar coletivamente e de forma solidária. Diante disto, Masi (1999) enfatiza a necessidade de se revolucionar mentes e materiais. Assim, o conhecimento, como um dos produtos desse trabalho, adquire dimensões multifacetadas. Exige, ainda, maior diálogo entre as especialidades, como mostram Cunha e Laudares (2009), diante da informalidade do próprio trabalho e de sua mundialização, além da necessidade de “diálogos multidisciplinares”.

Esse problema atinge todos os setores da sociedade, inclusive a instituição universitária, em sua atividade de extensão, de ensino e da produção do conhecimento, por meio da pesquisa. Diante desse quadro, cabe a pergunta: *Que tipo de universidade assumirá o papel de contribuir para a superação dessa produção do conhecimento e do ensino, passando a realizá-los em bases coletivas (solidárias), indo além da separação entre mão e intelecto?* O texto assume a posição de que essa universidade é possível e que já vem sendo exercitada, particularmente na América Latina, com dimensões que a caracterizam como popular e, por isto, Universidade Popular.

Universidade idealizada²

Com suas origens na Idade Média, a discussão sobre a universidade vem tomando melhor forma teórica nos tempos atuais, transformando-se em objeto de estudo de pensadores que expuseram as suas compreensões sobre o papel desse instrumento de produzir ensino e conhecimento novo. Ao considerar algumas conexões entre concepção de educação universitária e seus arranjos institucionais atinentes às

² O interesse não é fazer uma longa listagem de pensadores que debatem a temática, mas, tão somente, destacar algumas ideias centrais desse debate, citando alguns deles, do exterior e do país.

condições sociais de seus participantes, além de fazer observações sobre as formas de acesso e de suas finalidades, Wolff (1993) identifica quatro modelos de universidades: a) universidade como expressão de um santuário do saber; b) universidade como um campo de treinamento para profissionais liberais; c) universidade como agência de prestação de serviço; d) universidade como um ambiente de preparação de indivíduos para assegurar e conduzir o sistema social estabelecido, entendendo-se como uma crítica aos demais modelos.

A universidade como expressão de um santuário do saber, para o autor citado, origina-se na própria história da instituição universitária. Nela enfatiza-se a imagem de uma torre de marfim, fazendo-se congregar na universidade obstinados eruditos, tentando um saber exclusivo do grupo. O erudito é aquele que domina as artes, bem como as letras clássicas e modernas, como expressão do humanismo. Este compõe-se de um corpo sacro ou secular, constituindo-se de atividades que se convencionou denominar de humanidades.

A universidade como um campo de treinamento para profissionais liberais expressa a visão de Wolff de universidade para os dias atuais. Trata-se daquela instituição que se presta, tão somente, à preparação para profissões liberais. Traz consigo a tradição das universidades medievais, originadas na Europa, nos séculos XI e XII, exclusivamente, nas áreas de Direito, Medicina e Teologia. Esse modelo de universidade se consolidou no tempo, mantendo suas características marcantes na atualidade. Essa visão de profissão liberal traz consigo um conjunto de categorias ocupacionais aceitas socialmente, vindo a ser denominadas de “profissões”. Seu status sobrevive ainda hoje, pelo incentivo permanente, com o aceno de melhores salários e maiores demandas da própria sociedade. Não se nega a necessidade de cuidar da saúde, com ênfase na Medicina. Há também a compreensão de que existem momentos na vida societal em que se garanta o direito das pessoas, destacando-se a profissão liberal do advogado. A teologia ficou limitada, basicamente, aos religiosos.

Como agência de prestação de serviço, a universidade identifica-se como uma tendência diante do que está estabelecido. Configura-se como um agregado complexo de instituições, realizando serviços educacionais de pesquisa, de consultoria, entre outros. Está ilustrada no estilo de Clark Kerr, ex-reitor da Universidade da Califórnia, e muito presente em Harvard, criando o conceito de “multiversidade”.

Por fim, a universidade, como um ambiente de preparação de indivíduos para assegurar e conduzir o sistema social estabelecido, representa uma crítica aos demais modelos identificados. Trata-se de um antimodelo de universidade, que se baseia na instituição formadora, unicamente, de quadros políticos e de teóricos em geral, para a sustentação de governo. A universidade de Berkeley, nos Estados Unidos, foi a mais atingida pelas críticas estudantis à sua função precípua como formadora desses profissionais, gerados a partir de convênios diretos com o Estado. Em consequência, as salas de aula estavam abarrotadas de estudantes, dificultando os contatos e as relações entre alunos e professores. Os protestos estudantis aproximavam-se, no geral, das reivindicações proletárias. Para Wolff (1993:73), esses estudantes “querem ver-se, a todo custo, como vítimas, sofredores, os explorados, os miseráveis da comunidade universitária”. A universidade é posta como se fosse uma fábrica capitalista, cujos bens de consumo são os diplomas, com os estudantes na condição de consumidores.

Para o autor, essas visões de universidade expressam perspectivas platônicas, na medida em que começam pela definição e demonstração de ideais a serem incorporados, para, só depois, pensar-se na realidade. São modelos que se prestam mais às lutas políticas de reformistas ou revolucionários, devido ao desencontro desses dois polos. Ou, então, seguem um modelo aristotélico, que se caracteriza pela procura de “universais das coisas”. Partem da caracterização da instituição, procurando encontrar os ideais que nela estejam presentes.

Em outro momento de grandes debates - de forma particular, na Europa, alastrando-se por todo o mundo na década de 1960 - a instituição universitária e todo o sistema educacional, em especial, o francês, sofreram críticas que demandaram novos estudos sobre a universidade. Esses debates alimentaram a discussão, projetando modelos que estão caracterizados por Drèze e Debelle (1983), em seu livro *Concepções de Universidade*. Nessa obra, são expostas cinco concepções de universidade, divididas em dois grandes blocos: a) concepções que formam o ideário das universidades do espírito; b) concepções que levam à denominação de universidades do poder.

No primeiro bloco, há duas visões de universidade: na primeira, é concebida como um centro de educação, cuja finalidade é a aspiração do indivíduo ao saber, tendo

como principal idealizador o cardeal Newman³. Para ele, a educação deve ser geral e liberal, permeada de um saber universal, adotando uma pedagogia que valoriza o desenvolvimento intelectual sustentado nas seguintes bases: o indivíduo procura a ciência e a educação para toda a vida; a universidade é para o ensino mais que para a pesquisa. Na segunda visão, a universidade é caracterizada uma comunidade de pesquisadores, originária das ideias de Karl Jaspers⁴, cuja finalidade é atender à aspiração da humanidade para a verdade. Segundo ele, a pedagogia dominante deve ser direcionada para a promoção da liberdade acadêmica. A universidade deve ser um ambiente de pesquisa, orientada por dois princípios: o da unidade do saber e o da unidade do ensino e da pesquisa.

Dentro desse primeiro bloco, vislumbra-se o que seria uma terceira visão de universidade, tendo por expoente Whitehead⁵. Caracteriza-se por ser um núcleo de progresso, considerando que a sociedade tem demonstrado essa aspiração. A pedagogia dessa visão requer que seja atribuído o papel criador ao docente. Aos estudantes cabe a tarefa de serem capazes de aplicar princípios gerais desse conhecimento, assegurando um papel útil à educação.

No segundo bloco, a visão de universidade do poder, Drèze e Debelle (1983) identificam um primeiro modelo intelectual inspirado, principalmente, em Napoleão⁶. Nesse modelo, a finalidade da instituição é assegurar a estabilidade política do Estado. O ensino deve ter rigorosa hierarquia e programas uniformes, instituído por uma rede também uniforme de escola para a elite e para as classes trabalhadoras. Os abalos da conjuntura política francesa, à época, levaram Napoleão a restaurar um Estado forte, desejando o domínio total sobre as pessoas. Trata-se da ideia de uma universidade a

³ Hohn Henry Cardinal Newman. Clérigo religioso católico inglês. É mais conhecido por suas obras teológicas, tendo escrito um célebre trabalho nesse campo de conhecimento: *The Idea of a university*.

⁴ Karl Jaspers. Filósofo alemão falecido em 1969. Sua principal obra, nesse campo, é *Die idee der universitat*. Ele escreveu, entre outros livros, *Bomba atômica e o futuro do homem*.

⁵ Alfred North Whitehead, filósofo inglês falecido em 1947. Destacou-se no campo da lógica contemporânea, juntamente com Bertrand Russell. Em educação, escreveu: *The aims of educations*.

⁶ Talvez, uma precisão maior de uma universidade francesa possa não existir, mas há em Napoleão um conjunto de ideias-força que marcaram profundamente a universidade na França. Também não produziu um conjunto de concepções comparável às dos filósofos anteriores, já que a filosofia nunca foi a sua especialidade. Além disso, há outras contribuições contemporâneas ao debate, citando alguns nomes como: a) Jacques Drèze, *l'université dans la société contemporaine et le devenir de Louvain*. In: La Revue Nouvelle, Jun, 1965; b) Gursdorf, G. *L'université en question*. Paris, Payot, 1964; c) Aulard, A. *Napoléon et le monopole universitaire*. Paris, Colin, 1911; d) Ricoeur, Paul. *Faire l'université*. Esprit: 1162-72, mai-jun, 1964.

serviço do Estado, integrada por uma corporação de professores. Para ele, só se faz uma nação com organização e ordem.

Como segundo modelo desse bloco, os autores expõem o sistema de organização do Conselho de Ministros da antiga União Soviética, pautado pelo ideário do marxismo-leninismo. Via-se a universidade como um fator de produção, cuja finalidade era a edificação da sociedade comunista. Essa determinação exigia forte centralização da atividade acadêmica, aproximando-se do modelo napoleônico, mas com um apelo a todas as forças produtivas dos estados que compunham a União. O ensino era funcional, planejado e inserido no processo produtivo. Desse modo, procurava dar sua contribuição à produção da nação, acompanhando as demais sugestões dos diferentes setores produtivos. A qualificação docente era algo permanente e priorizava a qualidade, bem como a produção de manuais didáticos para os estudantes.

Em todos esses esforços de edificação de universidade, observa-se a presença marcante, de um lado, da visão dominante e idealista de universidade, e de outro, da perspectiva funcional voltada à organização da nação pelo fortalecimento do Estado. As demandas da população, a pedagogia para um pensamento crítico e a pesquisa que produza um conhecimento emancipador estão ausentes nesses ideários acadêmicos. Mas, esse debate esteve presente em parte da Europa, essencialmente na Inglaterra, avançando pelo horizonte da necessidade de que o conhecimento precisava chegar ao povo. Este, porém, não estava nas salas das universidades, mas nas fábricas, no campo e nas ruas.

Na procura de caminhos para o atendimento dessa compreensão, inicia-se um movimento, em boa parte da Europa, pugnando por uma universidade popular. Surgem ações desenvolvidas por profissionais da universidade e de outros segmentos, com o objetivo de “levar” conhecimento ao povo. Havia, portanto, a ideia de que o povo não tinha conhecimento, sendo necessário encontrá-lo nos ensinamentos dos doutos dessas instituições. Nesse debate, surgiram os primórdios da extensão universitária.

A extensão universitária toma corpo com o surgimento das universidades populares europeias, no século XIX. Tinham como objetivo disseminar os conhecimentos técnicos, segundo enfatizam Rocha (1989), Fagundes (1986) e Botomé (1992). Como se vê, a finalidade original de uma universidade popular já nasceu aprisionada às visões dominantes de universidade. Todavia, para os dias atuais, esse tipo de instituição exige a abertura de outros horizontes. Mesmo uma organização que se

propunha voltar-se aos interesses dos trabalhadores nunca esteve imune à crítica. Em relação a esses movimentos por universidades populares, afirma Gramsci (1987: 17):

(...) estes movimentos eram dignos de interesse e merecem ser estudados; eles tiveram êxito no sentido em que revelaram da parte dos simplórios um sincero entusiasmo e um forte desejo de elevação a uma forma superior da cultura e de uma concepção de mundo. Faltava-lhes, porém, qualquer organicidade, seja de pensamento filosófico, seja de solidez organizativa e de centralização cultural; tinha-se a impressão de que eles se assemelhavam aos primeiros contatos entre mercadores ingleses e negros africanos: trocavam-se berloques por pepitas de ouro.

Esta é uma crítica aos intelectuais que, mesmo com fortes desejos de “servir ao povo” e à classe trabalhadora, teriam outro papel: o de compreender as formas de vida e as propostas dessa classe. Na verdade, esses intelectuais expressavam um horizonte dominador de seus saberes, mesmo na pretensão de repassá-los ao povo. Apesar desse questionamento, ocorreu o desdobramento dessas ideias, em particular, o debate político contemporâneo sobre a universidade⁷ e o conteúdo de projetos, no Brasil, acentuadamente nas últimas décadas.

Universidade no Brasil

A implantação da universidade no Brasil chegou atrasada, em relação a outros países da América Latina, como o Peru, onde foi criada no século XVI. No Brasil, isto só veio a ocorrer no início do século XX, nas décadas de 1920 e 1930, com a criação da Universidade de São Paulo, da Universidade do Distrito Federal e da Universidade de Manaus, dentre outras, embora já houvesse faculdades isoladas, desde o século anterior. Todo o esforço de criação da universidade no Brasil estava permeado pelo receituário dominante daquelas universidades já estabelecidas, especialmente das europeias, estando, portando, muito longe do atendimento das demandas do povo. No campo da educação, até hoje há certa dúvida teórica e prática sobre a existência ou não de um sistema brasileiro de educação. Apesar de se falar em um sistema, existe dificuldade de relacionamento e cooperação entre escolas da União, dos Estados e dos Municípios, mesmo estando estabelecido constitucionalmente o papel de cada um desses entes.

⁷ Não se pretende restaurar todo o debate histórico da questão universitária no Brasil. Destaca-se apenas a disputa de projetos, nas últimas décadas, com algumas de suas passagens mais marcantes.

Com maior evidência, é a partir da década de 1960, com a implantação da ditadura militar no país, que se radicaliza a disputa das ideias e dos projetos políticos de universidade. Afinal, a quem e a que se destina a universidade? A visão de que é um projeto político, sempre em disputa, firmou-se com mais intensidade, nas últimas décadas. O debate intensificou-se a partir, sobretudo, da formulação de projetos educacionais diferenciados no governo Sarney, tais como: a criação do Grupo de Estudos e Reestruturação do Ensino Superior (GERES), a divulgação do projeto de universidade pelo movimento docente nacional, através de seu sindicato (ANDES)⁸ e o projeto articulado pelo movimento dos servidores federais, através da Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA).

Na década de 1980, com a criação da propalada Comissão de Alto Nível, instituída pelo Ministério da Educação, o projeto de universidade passou a ter como ideário marcante a sua racionalização. Essa visão de universidade já estivera presente em projetos anteriores, como, por exemplo no acordo MEC-USAID (o acordo da discórdia, que motivou fortes reações estudantis) e no Relatório Meira Mattos. Essas opiniões também apareceriam no Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), criado naquela década.

As aspirações de universidade no Brasil nortearam-se pelas diferenciadas concepções apresentadas anteriormente. Há universidades com visões idealizadas com horizonte espiritualista e outras com horizonte de fortalecimento do poder. Existem instituições que enfatizam mais o ensino, sobretudo aquelas de caráter privado, e outras que dão destaque, em maior ou menor intensidade, à pesquisa. Existem institutos que desenvolvem pesquisa apenas em determinados ramos do conhecimento, como física e matemática. Instituições há que, além de promoverem o ensino, esforçam-se na realização da produção do conhecimento pela pesquisa, desenvolvendo projetos sociais no campo da extensão universitária. Esta chegou ao Brasil junto à concepção estadunidense de vendas de tecnologias, particularmente de tecnologia rural, como forma de atender ao mercado.

Nessa época, uma visão permeava toda a concepção da universidade no Brasil: a pretensão pelo desenvolvimento, pelo progresso, sempre com base na situação

⁸ A proposta do ANDES – Sindicato Nacional, presente no Caderno ANDES n. 2, foi publicada em julho de 1986, com o seguinte título: *Proposta das Associações de Docentes e da ANDES para a Universidade brasileira*, reeditado em julho de 1996.

econômica, sociocultural e política do país. Cabia ao governo a decisão de se inserir nas poucas brechas de desenvolvimento deixadas pela dependência econômica dos países dominadores. Diante dessa situação, restava à universidade afirmar-se como fator de desenvolvimento. Nesse cenário, surgiu o acordo MEC-USAID, cujo relatório destacou, entre as suas conclusões, o fato de que a universidade era inadequada para atender ao crescimento econômico brasileiro.

Tavares (1980: 24) assinala o seguinte trecho do citado relatório: “... se conseguirmos ajudar essas universidades, teríamos mais segurança de que o Brasil seria uma sociedade livre e um amigo leal dos Estados Unidos”. Saliendo a edição pela ditadura militar do Decreto n.º. 477, para conter a insatisfação estudantil, Romanelli (1987: 226) afirma: “As medidas de contenção do protesto se revelavam, assim, a única via capaz de impor a ordem e, ao mesmo tempo, as reformas. Essas medidas definem os aspectos assumidos pela reforma geral do ensino”. Em síntese, o acordo MEC-USAID mostrava a concepção de universidade, naquele contexto, como instituição formadora de quadros para o Estado, implantada autoritariamente.

Em contrapartida, nos objetivos do projeto de universidade proposto pelo movimento docente nacional, estavam presentes valores das distintas concepções de universidade. Semeavam-se assim as primeiras ideias de uma universidade idealista, instituída como centro de educação, como núcleo de progresso e como comitê de pesquisadores. As concepções de universidade na perspectiva de fortalecimento do poder tornaram-se mais concretas quando algumas delas, no Brasil, passaram a formar quadros para os governos estaduais e para o governo central. Do projeto do GERES, a pesquisadora Miriam Limoeiro (1989) passa a cobrar o procedimento de elaboração desse documento e analisa a sua proposta de avaliação, estando submetida à ótica do binômio autonomia-avaliação, sendo esta a sua questão central. Por sua vez, Tavares (1998: 56) destaca a concepção de universidade contida naquele relatório que contemplava dois tipos de instituição:

- a) a universidade do ensino em que a pesquisa científica não era uma atividade-fim, sendo substituída pelo uso do método científico incorporado à prática didática do cotidiano; b) a universidade do conhecimento, considerada modernizante, baseada no desempenho acadêmico e científico, protegida das flutuações de interesses imediatos.

Ao lado de suas críticas ao modelo de universidade do governo, as entidades divulgavam projetos alternativos, os quais, como um conjunto de propostas, eram

discutidos nos vários encontros promovidos por esses movimentos. Nesses projetos, foram expostas para o debate nacional questões como: o ensino público e gratuito; o padrão unitário de qualidade; a autonomia da gestão financeira e a função social da universidade voltada às “maiorias da sociedade”. O movimento dos servidores públicos federais formulou outro projeto, por intermédio de sua entidade, a FASUBRA, intitulado “Universidade dos Trabalhadores”, passando depois a denominar-se “Universidade Cidadã para os Trabalhadores”.

O projeto da FASUBRA estava fundamentado em cinco pontos básicos: a) a defesa do ensino público e gratuito, entendendo-se que a universalização do ensino só se seria possível a partir da extensão da rede pública com a garantia da gratuidade; b) a autonomia e democratização como elementos imprescindíveis para a definição de seus planos administrativo, financeiro, didático-pedagógico, técnico-científico e político (autonomia e democratização só serão asseguradas se estiverem vinculadas entre si); c) o controle pela comunidade universitária, que se vincula aos seus movimentos políticos internos, com capacidade de intervir na gestão da universidade; d) a defesa do padrão único de qualidade, sendo assegurada a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; e) o compromisso social, considerando que “a universidade tem por objetivo, através do ensino, pesquisa e extensão, contribuir para romper as desigualdades sociais e superar a alienação individual e coletiva” (SINTESPB, 1995: 16).

O projeto de universidade do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) estava fundamentado nos itens: a) manutenção e ampliação do ensino público e gratuito; b) autonomia e funcionamento democrático da universidade, com base em colegiados e cargos de direção eletivos; c) estabelecimento de um padrão de qualidade para o ensino superior, estimulando a pesquisa e a formação intelectual; d) dotação de recursos públicos orçamentários suficientes para o ensino e a pesquisa nas universidades públicas; e) criação de condições para a adequação da universidade à realidade brasileira; f) garantia de direito à liberdade de pensamento nas contratações e nomeações para a universidade, bem como no exercício das funções e atividades acadêmicas (Cadernos ANDES, 1996). O debate contínuo desses projetos teve como um de seus méritos alertar para o processo de privatização das universidades públicas brasileiras. Os movimentos sociais viam uma progressiva aceleração do empresariamento do ensino superior, algo que veio a se confirmar na década seguinte,

sob a tutela do governo de Fernando Henrique Cardoso, tendo continuidade no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Aspectos importantes emergiram das análises desses projetos realizadas pela União Nacional dos Estudantes (UNE), destacando-se o Projeto Alfabetação (UNE, 1990) e apontando-se a necessidade de um projeto de universidade nacional que possibilitasse a unificação dessas lutas. Vislumbra-se, nessas formulações, a possibilidade de um caminho próprio para a universidade, sugerido em ambos os projetos. O projeto da FASUBRA destacava que a universidade precisaria contribuir para a superação das desigualdades no país, eliminando a alienação do povo. No projeto do ANDES, enfatizava-se a necessidade de a universidade definir-se como uma instituição de interesse público, adequando-se à realidade brasileira.

Aparentemente, essas propostas não oferecem concepção muito distintas das existentes na tradição do ideário acadêmico. Ademais, as questões que se manifestavam como inovadoras nesses projetos geralmente não se mostravam com possibilidade de execução. Nesse sentido, fundamenta-se a crítica de Fávero (1992), alertando que não basta formular reivindicações de que, por exemplo, o ensino deva ser público e gratuito, se não existirem encaminhamentos para a obtenção da verba pública para a sua efetivação. Para a autora, a força das reivindicações, e mesmo das concepções, situa-se nos limites de suas possibilidades de efetivação.

Outras críticas são feitas por pensadores do país⁹, manifestando que a universidade, em seu modelo, está cumprindo o seu papel. Porém, não se nega que ela se mantém voltada aos setores da burguesia nacional e não à classe dos trabalhadores. Portanto, não contempla nem o ensino nem a pesquisa, de acordo com a realidade do país e, muito menos, as necessidades das maiorias da população. Isto faz com que a universidade no Brasil caminhe com suas crises, resumidas por Oliveira (1999), como: a) crise de hegemonia, quando perde espaços no ensino, na pesquisa e na prestação de serviços para outras instituições; b) crise de legitimidade, ao não cumprir os seus objetivos, pondo sua credibilidade em questão; c) crise institucional, quando não consegue angariar os recursos necessários do Estado. Esta é uma situação que se manteve no governo Lula e perdura no atual. Em, consequência, as universidades

⁹ Podem ser citados Azis Ab`Saber, Florestan Fernandes, Álvaro Vieira Pinto e outros que, atualmente, constroem o Movimento Docente.

umentam as matrículas com a oferta de novos cursos, acompanhados da compra de vagas no setor privado. Normalmente, esses novos cursos expõem limitações físicas, comprometendo seu adequado funcionamento.

Mendonça (2000), Sousa (2000), Bernheim (2001), Jezine (2006), Vasconcelos (2006), Pinheiro (2011) e Cananéa (2011), para citar apenas alguns, ao discutirem a questão, enfatizam a necessidade de que a universidade esteja comprometida socialmente pelo exercício da extensão. Para os citados autores, deve ser restabelecida a sua função social, aplicando-se elementos novos nesse debate. Essa ideia, alicerçada em experiências e vivências por todo o país, pode ajudar na abertura dos caminhos, de modo que a universidade contribua para a superação da alienação com a emancipação do povo. As ideias que estão surgindo passam pela possibilidade da organização da extensão universitária, de forma que a instituição assuma sua dimensão social, associando-se à realidade e às raízes do país¹⁰.

Extensão universitária

A extensão universitária apareceu no conjunto dos debates sobre as universidades populares na Europa. Na Inglaterra, teve grande expansão a partir da promoção de cursos “livres” para a população, com o objetivo de disseminar os conhecimentos técnicos. Posteriormente, foi implantada nas universidades dos Estados Unidos, localizadas mais na área rural, com o específico objetivo de vender tecnologia agrícola. Por isso, foi caracterizada como uma atividade que adotava uma visão cooperativa ou rural. Outras possibilidades desenvolvidas como simples transmissora de conhecimento foram consideradas de extensão universitária. Essas visões estiveram marcadas pelo desejo de ilustrar as comunidades. Para Tavares (1996: 27), a extensão universitária continuou voltada a preparar técnicos e, “por outro lado, dispensar o mínimo de atenção às pressões das camadas populares, ainda que cada vez mais expressivas e mais reivindicativas”.

¹⁰ Ver a revista *Temas em Educação*. N^{os}. 8/9, do Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPB, 1999. Dois ensaios: 1) *Em busca de modelos e medidas para a avaliação popular* (Luiz Dias Rodrigues). 2) *Universidade no Brasil : o embate de projetos* (José Francisco de Melo Neto). Ver também, Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*.

A atividade de extensão se consolidou com a oferta de cursos para as pessoas que não podiam frequentar uma instituição universitária e que desejavam obter algum grau de instrução. Na América Latina, essa prática esteve vinculada diretamente aos movimentos sociais. Merece atenção, nesse percurso histórico, o Movimento de Córdoba, de 1918, em que os estudantes argentinos, pela primeira vez, enfatizaram a relação entre universidade e sociedade. Como consequência, a atividade de extensão na Universidade de Córdoba procurou fortalecer a função social da universidade, enfatizando a preocupação com os problemas nacionais, propondo a união da América Latina em torno das lutas contra as ditaduras e o imperialismo estadunidense. Esse movimento se fez presente no Brasil, no meio estudantil, a partir de 1938, com a criação da União Nacional dos Estudantes.

Essa vinculação com as questões políticas gerais era alimentada por influências da extensão que já vinha sendo praticada pelas universidades populares criadas no país. A mais importante delas foi a Universidade Popular de São Paulo, marcada em seus cursos pela veiculação com a filosofia positivista, a partir da divulgação da cultura das elites, conforme lembra Rocha (1989). O ideário de extensão universitária foi fortalecido com a difusão cultural originária desde o Congresso Universitário, realizado em 1908, na cidade do México. Os aspectos políticos desse Congresso foram absorvidos pelo movimento dos estudantes da América Latina, particularmente no Brasil. Como resultado, defendeu-se uma extensão pautada pela transmissão de saberes e métodos de ensino e pesquisa, buscando sempre a liberdade de pensamento. Entendia-se que, pela difusão cultural, poder-se-ia integrar a universidade à vida social da população.

Durante o Congresso realizado na Bahia, em 1961, a UNE priorizou a discussão sobre reforma universitária e manifestou o desejo de que a universidade fosse aberta ao povo, tanto por meio de serviços como pela promoção de cursos a serem oferecidos pelas instituições universitárias. Com base nessa compreensão, definiu-se o papel da extensão como “trincheira de defesa das reivindicações populares através da atuação política da classe universitária na defesa de reivindicações operárias, participando da gestão junto aos poderes públicos e possibilitando cobertura aos movimentos de massa” (UNE, 1961: 56). A concretização desse propósito ocorreu com a criação dos Centros Populares de Cultura (CPCs) da UNE, cujas ações eram pautadas nessas perspectivas: abrir a universidade ao povo e, por outro lado, levar os estudantes à realidade. Na execução dessa proposta, tem-se o seguinte impasse: Como se realizaria este papel,

examinando que, sendo a universidade órgão de Estado, também assumiria o encargo de gestora e defesa das reivindicações operárias?

Nas décadas de 1970 e 1980, a universidade no Brasil, sob o controle da ditadura militar, recomendou novas tarefas a serem desenvolvidas pela extensão, mesmo acompanhando o discurso dos estudantes daquele Congresso da Bahia. Para a execução dessas novas tarefas, buscou-se a inserção social dos estudantes. Para que tivessem contatos com a realidade, instituíram-se os programas denominados de Projeto Rondon e Operação Mauá. Dentro do ideário do regime militar, o projeto Rondon conduziu estudantes a todas as partes do país. Com menor intensidade, a Operação Mauá esteve mais direcionada aos estudantes da área tecnológica. Além disso, foi criado o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC, como uma modalidade de estágio para os estudantes que participassem desses programas de governo. Apesar de adotarem um discurso semelhante àquele proclamado pelos estudantes no Congresso da Bahia, os militares mudaram a metodologia de efetuação, invertendo os polos ideológicos da extensão, suprimindo a sua dimensão organizativa das classes trabalhadoras e a sua capacidade de mudanças.

Em consequência, a extensão ficou aprisionada aos ideários de progresso e desenvolvimento, cumprindo as iniciativas governamentais por meio desses vários programas. Para Cordeiro (1986: 51), de uma maneira geral, as iniciativas no campo da extensão universitária têm se curvado à influência cultural dominante do autoritarismo e do elitismo, esclarecendo: “Esses processos podem se constituir em um só, e a extensão, enquanto momento de vivência comunitária, poderá ser um eixo importante para as mudanças que se quer promover”. Mas essa mudança de eixo exige outras metodologias e outros processos educativos, a partir da adoção de novas pedagogias e princípios éticos, de modo a não se traduzir apenas como expressão de um fazer técnico.

Esforços para se encontrar tal eixo norteador estão, atualmente, sendo desenvolvidos em diferenciadas experiências por toda a América Latina. É a partir dessas experiências que começam a ser plantados os novos esteios para a organização universitária, no sentido de contribuir-se para a superação do afastamento entre prática e teoria, bem como do distanciamento entre as atividades manuais e intelectuais. Há, nesse sentido, um avanço conceitual definido pelo Conselho de Pró-Reitores de Extensão das Universidades, em seu I Fórum, em 1987, em que a extensão, em

princípio, aproxima-se das formulações reivindicadas. Nesse Fórum (BRASIL, MEC, 1987, 1), a extensão foi assim conceituada:

Processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será associado àquele conhecimento. Este fluxo que estabelece a troca de saberes sistematizado, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizada deste processo dialético de teoria/prática, extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integradora social.

A partir de uma simples leitura do texto, observa-se que o conceito de extensão adotado no citado Fórum está muito próximo daquilo que a crítica aponta sobre as concepções de universidades. De acordo com o texto transcrito, a extensão precisa articular o ensino e a pesquisa, de forma indissociável. Portanto, tem uma função viabilizadora e transformadora da relação entre universidade e sociedade, adotando uma visão de mão dupla. O propósito é que as ações extensionistas enriqueçam a universidade e a comunidade com a troca de saberes acadêmicos e populares inseridos na realidade brasileira, podendo a extensão ser compreendida como um trabalho interdisciplinar. Parece até que se está diante de uma universidade ou de uma prática alternativa à tradição universitária. Não é discutida, todavia, a metodologia nem a forma como ocorrerão esses movimentos dialéticos.

O conceito explicitado não caracteriza o trabalho e a sua finalidade, nem questiona o direcionamento dos produtos das ações de extensão. Além do mais, por um viés político, propõe a manutenção da sociedade nas bases estabelecidas, procurando integrar tudo que favoreça à visão integradora da sociedade. Apesar disso, adota uma compreensão de extensão que vai além das expectativas desenvolvidas desde as suas primeiras formulações, pois coloca a dimensão do trabalho como centro dessa ação. Mesmo assim, o conceito continua permeado da compreensão funcional da sociedade. Não se discutem princípios como liberdade e emancipação, e muito menos os caminhos para se chegar à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, enfatizando, tão

somente, a funcionabilidade da sociedade que precisa estar integrada. Este tem sido o papel da ação extensionista. A universidade parece manter essa postura.

Extensão popular

É preciso ressaltar que o papel da extensão não é apenas o de se revelar como atividade de ratificação ou de integração da sociedade, por intermédio das práticas de dominação. Há exercícios acadêmicos em desenvolvimento que pretendem assegurar outros sentidos a esse fazer acadêmico. Experiências diferenciadas vêm sendo tentadas desde o início da década de 1960, como as de Paulo Freire, no SESI de Recife. Mais recentemente, as atividades de extensão passaram a ter um caráter processual na Universidade de Brasília, à época do reitorado de Cristóvão Buarque, cuja base ainda se mantém.

Projetos há que adotam práticas extensionistas semelhantes, como os desenvolvidos na Universidade de Ijuí, no Rio Grande do Sul, e o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação Popular (NEPE), na Universidade Federal do Amazonas. Merecem destaque os projetos de extensão na Universidade Federal da Paraíba, como os desenvolvidos no Setor de Estudos e Assessorias aos Movimentos Populares (SEAMPO), a prática do Estágio de Vivência, em que estudantes dos cursos da área de saúde inserem-se nas comunidades durante semanas, quando da realização de seus cursos de graduação; a Incubadora de Empreendimentos Solidários, na qual os trabalhadores se organizam para a produção solidária, projeto adotado, praticamente, em todas as universidades públicas. Grupos consolidados em atividades de pesquisa em projetos de extensão, bem como em movimentos sociais vêm dando contribuições nesse campo, firmando a pesquisa em projetos de extensão popular¹¹. Existem outros projetos em andamento, não só em universidades onde esses grupos atuam, em geral de forma isolada, expressando outra visão de mundo, outro papel para extensão universitária. Essas atividades de pesquisa nos projetos de extensão apontam para outra concepção de universidade, em que se possam fomentar, na pesquisa e no ensino, elementos emancipadores, no intento de se desenvolver um pensamento crítico. No ensino, disciplinas em nível de mestrado e doutorado aceitam a participação de pessoas

¹¹ Ver Melo Neto, J. F. *Extensão popular*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2006.

interessadas naquelas temáticas, em geral pessoas que vivem-nas em seu cotidiano, sem qualquer interesse de exercício acadêmico e, apenas, como momentos de atualização, expressando a parte prática de certas teorias.

O projeto CERESAT¹² (Centro de Referência de Saúde do Trabalhador) é uma dessas experiências em extensão, realizada no campo da saúde. O projeto está vinculado à Universidade Federal da Paraíba, através do Núcleo de Saúde do Trabalhador (NESC). Foi criado por um grupo de profissionais da universidade, com diferenciadas formações acadêmicas, composto de médicos, geógrafos, economistas, nutricionistas, fisioterapeutas, enfermeiros, psicólogos, dentre outros. Esses profissionais estavam preocupados com a necessidade de realização de um trabalho interdisciplinar, relacionando a saúde e os processos de saúde com o processo de produção.

Os dados apresentados no quadro a seguir mostram a presença de novos elementos nessa experiência, que se projeta para além do panorama dominante da extensão. Os números exprimem visões de mundo, de sociedade, de Estado, bem como concepções de práticas sociais, concepção de extensão e natureza das ações extensionistas, abrindo espaço para outras práticas e concepções no campo da extensão. O quadro contempla a caracterização daquele projeto em várias dimensões como distribuição dos temas e itens, por segmento. Nessa distribuição de temas, nota-se uma ampliação de certos aspectos que permeiam as ações extensionistas, traduzindo sua concepção e caminhos para novas práticas na universidade. O quadro foi organizado a partir da definição de dez grandes temas de interesse da pesquisa, detectados em textos e em entrevistas envolvendo participantes do projeto, tendo sido eles coordenadores, executores de projetos, membros da comunidade, além de documentos do projeto, apresentando as frequências desses indicadores.

CENTRO DE REFERÊNCIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR - CERESAT

DISTRIBUIÇÃO DOS TEMAS E ITENS, POR SEGMENTO

Temas	Itens								
		A	B%	C	D	Fi	%	Fgi	% te-

¹² Os dados apresentados sobre o projeto CERESAT, Projeto Escola Zé Peão e Projeto Praia de Campina são resultados de pesquisa realizada na década de 1990, fazendo parte das discussões no campo da Extensão, promovidas pela UFPB. Ver MELO NETO, José Francisco. *Extensão universitária – uma análise crítica*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2001.

9 - Papel do agente institucional		14	64	36	55	85	54	157	2
	9.2 - Agente neutro da instituição	28	1	41	14	21	13		
	9.3 - Agente comprometido com as classes dominadas	58	35	23	31	51	333		
10 – Pedagogia da extensão universitária		0	0	0	0	0	0	549	8
	0.1 - Pedagogia tradicional								
	0.2 - Pedagogia crítica e transformadora	100	100	100	100	549	100		

A - Entrevista com coordenadores
Fi - Frequência de indicadores

B - Entrevista com executores
Fgi - Frequência geral dos indicadores

C - Entrevista com comunitários

D - Documentos dos projetos

Na pesquisa, cada um dos itens continha um conjunto de indicadores para se chegar a esses números, a partir de entrevistas ou análises dos documentos do projeto. Os dados expressam: a respeito à concepção social desses agentes acadêmicos; sua visão da relação universidade e sociedade; o papel do agente institucional (o seu próprio papel); a concepção de extensão que defendem. Mesmo que haja pessoas com distintas visões de sociedade e de extensão universitária, indicadas com três possibilidades (tema 7), a extensão aparece como um trabalho social, e não apenas como uma atividade de mão única ou mão dupla, ideias tão arraigadas em décadas anteriores.

O sentido de extensão como trabalho social, com expressivo percentual de 47% de respondentes, pretende que essa atividade universitária seja um processo educativo, cultural e científico, porém voltado à estruturação de uma hegemonia das classes trabalhadoras. O trabalho estrutura-se com a própria classe subalterna, especialmente voltado à organização dos seus diferentes setores. De acordo com esse entendimento, a universidade e a comunidade apropriam-se do projeto e de seu produto final, o conhecimento. Assim concebida, a extensão passa por processos que se realimentam desse fazer, marcados por uma relação imanente entre teoria e prática.

Na abordagem do *Projeto Escola Zé Peão*, o quadro apresentou um percentual para o tema *concepção de extensão* com esses mesmos indicadores: 43% para a concepção de extensão como via de mão única, 5% para a concepção de extensão como via de mão dupla e 53% para a visão de extensão como trabalho social. Na análise do projeto *Praia de Campina*, esses percentuais se mostraram com os seguintes valores: extensão como via de mão única, com 60%; extensão como via de mão dupla, com 18% e extensão como trabalho social, com 21%. Esses dados inspiraram outra pesquisa mais

ampla, abrangendo duas décadas (1980 e 1990), sobre as concepções de extensão, a partir de projetos ligados à UFPB, mostrando os seguintes resultados¹³: na década de 1980, concepção da extensão como via de mão única, com 68,92%, e na década de 1990 com 51,93%; na década de 1980, concepção da extensão como via de mão dupla, com 11,33%, e na década de 1990, com 25,95%; na década de 1980, visão da extensão como trabalho social útil, com 19,75%, e na década de 1990, com 21,97%.

Constata-se um decréscimo percentual na presença dos indicadores apontando a visão da extensão como via de mão única nas décadas de 1980 e 1990. Em contrapartida, observa-se um crescimento do sentido de extensão como via de mão dupla como resultado da aplicação do conceito, adotado pelo Fórum, presente nos projetos dessas décadas. Realça-se também o aparecimento da perspectiva de reconceituação da extensão como um trabalho social útil, nos vários projetos e atividades. Essa última concepção sugere a seguinte questão: *Que dimensões carece ter o trabalho, de modo a torná-lo um fundamento filosófico da extensão?*

Por sua importância filosófica, o trabalho pertence a instâncias fundamentais na vida da sociedade. Pela educação, em seu sentido mais amplo, garante-se a preservação dos conhecimentos do passado, que são transmitidos às novas gerações. Essa transmissão dá-se por um processo de acumulação de conhecimentos, essencial à qualidade de vida material e espiritual da humanidade. O trabalho institui-se, portanto, como fator de criatividade do humano. Essa dimensão natural do trabalho foi realçada por Marx (1983:149), considerando-o como uma relação do homem com a natureza:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

¹³ Pesquisa desenvolvida no período de maio de 1998 a setembro de 2000 pelos alunos/as Sílvia Carlos Fernandes da Silva, Karla Lucena de Souza, Izabel Marinho da Costa e Andréa Tavares A. Magalhães, como bolsistas do PIBIC/CNPQ/UFPB, sendo coordenada pelo Prof. Dr. José Francisco de Melo Neto. A pesquisa analisou, além de outros aspectos das atividades extensionistas, as concepções de extensão presentes nessas atividades, na Universidade Federal da Paraíba, nas décadas de 1980 e 1990. Seguiu o mesmo itinerário metodológico dos projetos já apresentados.

A partir das análises desses projetos, a concepção de extensão como trabalho vem se estabelecendo de forma pouco expressiva, embora tenham surgido dados que apontam para esse ponto de vista conceitual. Com a ampliação das atividades extensionistas em que o humano defronta-se com a natureza, também se realiza, a partir dela própria, uma síntese do particular com o universal, possibilitando a ação social. O entendimento de extensão como trabalho social útil opõe-se à visão fragmentada do trabalhador em relação ao processo produtivo, no modo de produção capitalista, determinada pela divisão social do trabalho. Assim conduzida, a extensão pode efetivar e fomentar, entre seus participantes, a necessidade da conquista de cidadania como um processo de formação de cidadão crítico e ativo, consciente e sujeito de transformação, superando o idealismo contemplativo e interpretativo da natureza.

Dessa forma, a extensão passa a ser exercida pela universidade e por membros da comunidade sobre a realidade objetiva. Trata-se de um trabalho coparticipado, que traz consigo as tensões de seus componentes em ação e da própria realidade objetiva. Nesse trabalho social, são estabelecidos os objetos de pesquisa para a realização e estruturação do conhecimento novo ou para as reformulações das verdades existentes. Esses objetos pesquisados são os constituintes da outra dimensão da universidade: o ensino. É um trabalho de imaginação do objeto para a pesquisa. Por sua vez, a extensão configura-se e se concretiza como um *trabalho social útil, imbuído da intencionalidade de pôr em mútua correlação o ensino e a pesquisa, mirando mudanças.*

É um trabalho social, por não ser exercido como uma tarefa individual; é útil, levando em conta que esse trabalho pretende expressar algum interesse e atender a determinadas necessidades humanas. É um trabalho que tem na sua origem a intenção de fomentar o relacionamento entre ensino e pesquisa. Focaliza a realidade objetiva, de modo que seus resultados retornam aos produtores. Isso mostra a extensão exercendo e assumindo uma dimensão filosófica fundamental, na busca da superação da dicotomia entre teoria e prática, convidando para os exercícios teóricos e práticos no interior do conceito de trabalho.

Sem perder de vista as metodologias adotadas nesses exercícios práticos no interior de projetos em extensão, assiste-se à necessidade de se enfatizar os princípios éticos necessários para a sua efetivação, como o respeito às outras pessoas do grupo e a importância dessas relações para a promoção do outro. De acordo com esses princípios, é preciso afastar o autoritarismo reinante nas práticas sociais, de uma forma muito geral.

Mesmo compreendendo a extensão como um trabalho social útil e com a intencionalidade de mudanças, suas metodologias precisam avançar para alcançar a dimensão ética do diálogo e da promoção do outro (alteridade), ampliando as mudanças necessárias às relações entre participantes de projetos e membros da comunidade. Consegue-se, dessa maneira, inserir um novo elemento conceitual para a extensão universitária que adquira a feição do *popular*. Assim, transforma-se em extensão popular, assegurando elementos para uma concepção de Universidade Popular. Dessa forma, a universidade passará a assumir uma postura mais concreta para contribuir, pela extensão, com a formação de um novo projeto social.

Universidade popular

O conceito de extensão será considerado, a partir de agora, como um trabalho social útil, cuja intencionalidade adquire um duplo viés: incrementar a indissociabilidade ensino e pesquisa e anunciar mudanças que venham combater a alienação. Dessa forma, a extensão constitui-se como um traço universal de todo o movimento, em que a sociedade, ao mesmo tempo que produz o homem, é produzido por ele. Na extensão, as outras atividades da universidade (o ensino e a pesquisa) são redimensionadas nessas bases. Trata-se de um trabalho que produz conhecimento e, também, o humano como indivíduo, bem como, os demais humanos.

Partindo da realidade, este trabalho supera a mera idealização de tantos objetos de pesquisa e ensino, muito comum no ambiente acadêmico. Por seu caráter coletivo, procura superar a divisão do trabalho a que as atividades universitárias, também, estão submetidas. Dessa forma, a extensão é trabalho social útil, com enfática intencionalidade de mudança. Imagina atender as necessidades da maioria da população, tornando-se elemento responsável pelo processo criador do humano. A extensão retoma o próprio papel do trabalho no processo de universalidade do indivíduo, ao resgatá-lo como sujeito do conhecimento e de sua história.

A atividade da extensão não pode ser consagrada como um produto do indivíduo, pois, em sua essência, busca a universalização de seus produtos, expressando-se, portanto, como trabalho social, coletivo. Ela adquire a característica inerente ao trabalho, que consiste na inseparável ligação da atividade laboral, pura e simples, com a forma social da existência humana. Enfim, revela-se em sua dimensão política central, que é a contribuição às mudanças, pois o seu exercício contém e

potencializa esse vetor. Daí a intencionalidade presente no seu conceito. Contudo, mesmo como trabalho e com as características postas, a extensão não realizará o seu intento sem a garantia de valores éticos que necessitam estar contidos na vivência do indivíduo e externados nas suas relações com o outro. O trabalho do extensionista conclama a formação desse outro humano, ao resgatar valores que pareciam estar esquecidos: o respeito ao outro e a promoção do diálogo¹⁴. A extensão adquire a dimensão do popular que, para os tempos de hoje, se manifesta com variadas percepções, conforme o quadro seguinte¹⁵.

CONCEPÇÕES DE POPULAR ¹⁶

(Total de 87 indicadores selecionados das concepções de popular)

<u>CAMPOS TEÓRICOS DAS CONCEPÇÕES</u>	<u>QUANTITATIVO DAS CONCEPÇÕES</u>
<p>1. <u>ORIGEM</u> - Algo é popular quando tem origem no povo, nas maiorias.</p> <p><u>Alguns indicadores:</u> algo que vem da base; vem da experiência do povo; vem da tradição do povo; vem das classes desprivilegiadas; vem das maiorias.</p>	<p>20,68% das compreensões externadas em todo o material coletado apontam para a visão de que algo é popular quando tem essas origens.</p>
<p>2. <u>METODOLOGIA</u> - Algo é popular quando traz consigo um procedimento que incentive a participação do outro; um procedimento de animação do outro, ou seja, um meio de veiculação</p>	<p>51,73% das compreensões externadas nas entrevistas apontam para a visão de que algo é popular quando expressa mecanismo para</p>

¹⁴ Ver Melo Neto, J. F. *Diálogo em Educação* (Platão, Habermas e Freire). João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2011.

¹⁵ Pesquisa desenvolvida no período de fevereiro de 1999 a junho do ano 2000. Foram entrevistados dirigentes de movimentos *populares* (Acorda Mulher, da cidade de Bayeux, Grande João Pessoa; Projeto Beira da Linha, Bayeux; Movimento Nacional de Meninos/as de Rua, João Pessoa); de organizações não-governamentais (SAMOPS, João Pessoa; SEAMPO, João Pessoa; Núcleo de Educadores Populares da Paraíba – Rede EQUIP de Educadores, João Pessoa; AGEMTE, João Pessoa); de movimentos sindicais (Sindicato dos Professores, Sindicato dos Servidores em Saúde, Sindicato de Servidores Federais); de organizações de assessoria aos movimentos sociais (PRAC/UFPB, Mulheres de Teologia do Partido dos Trabalhadores) e de dirigentes do Partido dos Trabalhadores, distribuídos em todas as regiões geográficas do Estado da Paraíba. Ver José Francisco de Melo Neto. O que é popular? In: Edna Gusmão de Góes Brennand (org^a). *O labirinto da educação popular*. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2003. p. 33-57.

¹⁶ Esta pesquisa foi realizada com vinte e oito parlamentares e dirigentes do Partido dos Trabalhadores, distribuídos em toda as regiões geográficas da Paraíba e com quinze dirigentes de movimentos sociais populares.

<p>e promoção da cidadania.</p> <p><u>Alguns indicadores:</u> algo direcionado ao povo humilde; algo que amplie canais de participação; que exercite a participação ativa; algo que ajude o outro a contribuir para tomadas de decisão, ouvindo e implementando decisões; promovendo novas formas de intervenção das massas.</p> <p>3. <u>POSICIONAMENTO POLÍTICO E FILOSÓFICO</u> – algo é popular quando expressa um posicionamento político e filosófico diante do mundo, trazendo consigo a dimensão propositivo-ativa voltada aos interesses das maiorias; um posicionamento para mudanças das situações alienantes em que se vive.</p> <p><u>Alguns indicadores:</u> algo que ajuda o outro a assumir as lutas do povo e de si mesmo; algo que atende interesses da população; que resgata a visão de um mundo em mudanças; que propõe melhoria de vida do povo; que traz a perspectiva do povo.</p> <p>4. <u>OUTROS ASPECTOS:</u> Foram apontadas outras concepções expressando que ser popular passa pelo campo institucional. Algo que tem origem no âmbito institucional, como sindicatos, associações ambientalistas, etc. Outros entendem que ser popular é uma questão de consciência.</p> <p><u>Alguns indicadores:</u> algo que vem de associações (comunidades de Base, movimentos dos Sem-Terra, sindicatos, sendo uma questão de consciência.</p>	<p>contribuir para o exercício da participação. Popular como sinônimo da própria prática.</p> <p>21,84% das compreensões externadas nas entrevistas apontam para a visão de que ser popular é posicionar-se diante do mundo, tomando um posição promotora de mudanças.</p> <p>5,71 % das compreensões externadas apontam para a visão de popular como algo que deve estar na consciência de cada indivíduo.</p>
---	---

Como se observa no quadro, a expressão “popular” adquire uma plasticidade conceitual, exigindo, para os dias de hoje, uma definição que, rigorosamente, passa por movimentos dialéticos intrínsecos ao próprio conceito. Esse conjunto de concepções

está inserido no marco teórico da tradição e atualizado para as exigências do tempo presente. Com essa configuração, evidencia-se uma base conceitual envolvendo elementos que sempre estiveram presentes nos variados momentos históricos. Portanto, têm condições de ser aplicados à extensão universitária. Esta pesquisa mostra essa dialética presente entre os elementos constitutivos do conceito.

As diferentes concepções de popular acolhem todas as suas dimensões instituídas, ao mesmo tempo em que se diferenciam de cada uma delas, mantendo-as, porém, na sua formulação conceitual. Suas dimensões fundantes são: a origem e o direcionamento das questões que se manifestam; o componente político essencial e norteador das ações; as metodologias, apontando como estão sendo encaminhadas essas ações; os aspectos éticos e utópicos que tornam-se uma exigência social. Reforça-se a compreensão de que extensão, assumindo as características do popular (extensão popular), caminha como contributo à construção da Universidade Popular.

Algo consegue ser popular se tem origem no trabalho do povo, das maiorias (classes), dos que vivem e viverão do trabalho. Mas a origem apenas não basta, visto que pode nascer de agentes externos, evitando-se todo tipo de populismo que porventura possa surgir. Todavia, é preciso ter conhecimento da direção em que se está apontando aquilo que se pretende popular. É preciso saber quem está sendo beneficiado com aquele tipo de ação. Algo é popular se tem origem nas postulações dos setores sociais majoritários da sociedade ou de setores comprometidos com as lutas das maiorias, exigindo-se que as medidas a serem tomadas beneficiem essas maiorias.

Após serem fixados a direção e os interesses envolvidos, entra em cena uma segunda dimensão conceitual, que é a política. Ser popular é ter clareza de que há um papel político nessa compreensão. Essa importância política cresce, estando voltada à defesa dos interesses dessas classes majoritárias. Em um segundo momento, essas ações políticas são reativas às políticas que são impostas a essas maiorias. Reativas no sentido de experimentar alternativas ou estratégias que conduzam às iniciativas para um plano político geral de sociedade; ou ainda enquanto geradoras de ação própria e original, retirada da prática do dia-a-dia, ou quando são capazes de compor um novo tecido social com outros valores e objetivos.

Ser popular significa relacionar as lutas políticas com a construção da hegemonia da classe trabalhadora (maiorias), mantendo de forma permanente o seu constituinte, que é a contestação. Esse instrumento de luta se externa por meio da

resistência às políticas de opressão, adicionadas com políticas de afirmação social. Uma ação é popular e, também a extensão é popular, quando forem capazes de contribuir para a construção da direção política dos setores sociais que estão à margem do fazer político.

Esse fazer político tem oportunidade de se instalar de várias maneiras ou através de diferenciadas metodologias. A metodologia que confirma algo como popular desenvolve-se no sentido de promover o diálogo entre os partícipes das ações, precisando, sobretudo, ser contributiva ao processo de se exercer a cidadania crítica. Essa cidadania requer um exercício do pensamento, na análise das questões surgentes com as suas dimensões positivas e negativas contidas em qualquer ente objeto de análise. Mas a cidadania não se resume à teoria; é preciso que o indivíduo se prepare para a ação. Portanto, as metodologias precisam contribuir no sentido de exercitar o cidadão para a crítica e para a ação. Mas qual a direção dessa ação? Ela aponta no sentido de afirmação da própria identidade como indivíduo, como grupo ou como classe social. Pretende promover as mudanças necessárias para a edificação de outra sociedade, mesmo que arriscando a ordem, assegurando direitos à justiça e que ela seja igual para todos.

Na extensão popular, essas possíveis metodologias reger-se-ão por princípios éticos oriundos das exigências do trabalho. Nesse contexto, reafirmam-se como fundamentais os princípios éticos do diálogo e da promoção do outro, abrindo as condições para a promoção do pluralismo de ideias. Sem esse pluralismo, não há como se instalem condições para a promoção de outros valores éticos, como a solidariedade, a tolerância e a promoção do bem coletivo, evitando o risco de cair no relativismo ético.

Esse conceito pode ser exercitado na extensão popular, arrastando para si definições envolvendo as utopias tão necessárias para os dias atuais. Ser popular ou participar de atividades pela extensão popular é experimentar alternativas. É realizar o possível, mas que, ao se realizar, abre, contraditoriamente, novas possibilidades de utopias, cuja negação trará os elementos já realizados e as tentativas de novas realizações. Isto só ocorre, contudo, quando da sua efetivação, caminhando para aquilo que se faz necessário. Trata-se de ações em extensão para promover a utopia da democracia como valor permanente, a ser vivido sem qualquer entrave. Precisamente, nos espaços tanto da realização dessas ações como no da não-realização, estão as suas contradições e suas dificuldades maiores.

A Universidade Popular, assumindo essas características, será vivida e prosperará com esse tipo de postura popular. Trata-se de novas características, pois o elemento dominante no trabalho acadêmico é o estímulo ao individualismo, o afastamento nas relações entre docente e aluno, a incessante pretensão de promoções decorrentes das exigências de carreira, além da disputa insana por financiamentos públicos para projetos de pesquisa e outros.

A Universidade Popular apropria-se dos esforços para tornar os conhecimentos acessíveis à população, pois o conhecimento só tem sentido como um bem social e coletivo. As pesquisas e seus produtos podem ser coletivizados, mesmo que haja lideranças nessas pesquisas e nas atividades de ensino. Esse esforço de se adjetivar a universidade de popular está na necessidade de que a pesquisa adquira a dimensão da emancipação, revelando-se como uma pesquisa também popular, em seu conteúdo e nas relações com os seus atores. Por sua vez, o ensino com esse foco assume o desempenho pela crítica, em que as possibilidades de positividade e negatividade estão sempre presentes nas análises e encaminhando as suas determinações coletivas. A extensão popular conquistará o seu papel de recepcionadora das demandas oriundas dessas maiorias da população, tornando-se útil, também, na ajuda ao ensino e à pesquisa. A Universidade Popular, nesse novo contexto, assume a responsabilidade de realização dessa síntese dialética, produto da concretude do ensino e da pesquisa pela extensão.

A Universidade Popular irá incrementar a socialização do conhecimento pelo ensino, também. O conhecimento referenciado socialmente será produzido tanto nas pesquisas básicas como nas pesquisas de ponta. Estas serão incentivadas pelas técnicas do método científico, do método fenomenológico e do método dialético, em suas variadas expressões. A produção do conhecimento na Universidade Popular é um campo aberto para as diferenciadas metodologias e técnicas de pesquisa. O ensino se norteará pelas práticas educativas populares, pois a educação popular precisa ser dominante também no campo da institucionalidade. A Universidade Popular não significa a destruição da universidade tradicional, mas o avanço em suas bases teóricas, políticas e filosóficas.

A Universidade Popular é a expressão da síntese dialética das formulações, exercícios e ideias presentes na instituição universitária. Ela não será produto de espíritos iluminados como na Idade Média, nem se destacará como um centro de educação, mesmo que almeje o saber. Também não será só uma comunidade de

pesquisadores, mesmo que seja um espaço de se produzir conhecimento, com lugar reservado ao pesquisador. Não terá compromisso com o progresso social, se este estiver limitado a atender apenas a grupos isolados dominantes. Não será, por outro lado, a universidade exclusivamente de promoção do poder, como modelo intelectualizado, nem uma máquina produtora de qualquer tipo de sociedade, pois essa opção é social e não institucional, mesmo que estejam sendo formados profissionais para a construção de um outro tipo de sociedade.

A Universidade Popular será uma instituição sem “sustos” com o novo século. Funda-se como uma aventura humana, conforme expressão de Cristóvão Buarque (1994), presente na odisseia da humanidade em sua existência. Assume expectativas do movimento docente nacional. Será uma universidade pública, gratuita, de qualidade socialmente referenciada. Será autônoma para poder desenvolver as mais diferenciadas pesquisas, democrática em suas relações internas e nas escolhas de dirigentes; será laica para garantir de que as diferentes religiões possam, inclusive, estar representadas nesse mundo escolar, desde que não queiram impor os seus credos religiosos. Será uma universidade crítica para garantir que o conhecimento não se torne mera repetição daquilo que se estabeleceu. Por tudo isso, será uma universidade popular por ser capaz de contribuir, com princípios éticos, para o desenvolvimento humano em bases tidas como populares.

Cabe, então, a pergunta: como poderia acontecer a Universidade Popular? As mais diferenciadas experiências estão em curso. Em escala ampliada, é possível delinear-se uma limitada sugestão. Apontar-se-ia a extensão popular como um caminho primeiro. Assim, os alunos e alunas iniciariam os seus estudos, no primeiro semestre, inseridos nas diferenciadas comunidades para detecção de seus problemas básicos, com o apoio de professores e com base na metodologia da pesquisa-ação. Também, adotar-se-iam outros tipos de levantamento em bases de dados nas instituições existentes nos Estados. Esses dados serviriam de referência para as discussões pela comunidade, juntamente com as equipes responsáveis pela sua sistematização. Este seria um trabalho para todos os alunos/as de qualquer curso superior.

No primeiro semestre, a instituição inteira estaria envolvida com esse levantamento social. Os resultados desse primeiro semestre seriam indicados como fios condutores para todos os cursos da instituição, até o último período de formação. Nas disciplinas, poderiam estar presentes inclusive pessoas com interesse naquele conteúdo

de conhecimento, sem necessariamente estarem vinculados à universidade, contribuindo com suas próprias vivências aos jovens estudantes. Seriam as fontes inspiradoras para a organização curricular em cursos das áreas tecnológicas, da saúde, educação, artes e demais cursos da área humanística. A base inicial seria sempre o mundo real da sociedade em que a instituição está inserida. Esse trabalho inicial estaria acompanhado pela metodologia da educação popular, como um fenômeno humano de produção e apropriação dos produtos culturais. Educação popular expressa por um sistema aberto de ensino e aprendizagem, constituído de uma teoria de conhecimento referenciada na realidade, com metodologias (pedagogia) incentivadoras à participação e ao empoderamento das pessoas e dos grupos, com conteúdos e técnicas de avaliação processual, permeada de uma política estimuladora de transformações sociais e orientada para a liberdade, a justiça e a igualdade.

Considerações

Apesar de toda essa configuração, continuam presentes os desafios do ensino das ciências e da produção do conhecimento. A Universidade Popular tem por objetivo a socialização e a aplicação do conhecimento adquirido pela humanidade. Passa a ser herdeira desse conhecimento com o compromisso de repassá-lo a todos os povos, em especial àqueles com maiores dificuldades econômicas, geradas, em sua maioria, pela exploração do sistema do capital em que estão envolvidos. A Universidade Popular cuidará da preparação de profissionais para o mundo do trabalho, empenhando-se em atender as necessidades de cada nação. Dedicar-se-á à educação do indivíduo, estimulando o aprendizado ético da solidariedade entre os povos.

A Universidade Popular será instrumento de mudanças, na medida em que tentará reverter a realidade em que esteja instalada. A superação mais radical pretendida é o aproveitamento das contribuições daqueles que colaboraram para a humanidade, de alguma maneira, nos limites e potencialidades de cada conjuntura. Nessa ação desafiadora buscará a condição de possibilidade de que a todos os setores da sociedade sejam asseguradas suas expressões, mantendo-se, contudo, o olhar voltado àquelas necessidades das maiorias da população. A Universidade Popular assegura que não se fecharão caminhos para as potencialidades individuais e de grupos, sem haver garantias de novas aberturas e possibilidades.

Por fim, os fazedores da Universidade Popular estão cientes das dificuldades de se caminhar nessa direção. Portanto, é preciso haver mais discussões quanto a outros valores éticos fundantes sobre o processo educativo popular e o seu estabelecimento. Todas as temáticas desse campo permanecerão em aberto, como o currículo com as características populares, o sistema de avaliação, o financiamento público, as mudanças nas relações humanas, a institucionalidade e a efetivação de um conhecimento crítico e emancipador. Sabe-se que para se alcançar tudo isso é muito difícil, mas não se está iniciando agora. Também, não cabe a sua valorização como agente impeditivo da intransigente e radical busca por novas concretizações de sonhos de felicidade.

Referências bibliográficas

- AULARD, A. *Napoléon et le monopole universitaire*. Paris: Colin, 1911.
- BERNHEIM, Carlos Tünnermann. El nuevo concepto de la extensión universitaria. In: *Construção conceitual da extensão universitária na América Latina*. Dóris Santos de Faria, organizadora. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- BOTTOMÉ, Sílvio Paulo. *Extensão universitária no Brasil: a administração de um equívoco*. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 1992.
- BUARQUE, Cristóvão. *A aventura da universidade*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX*. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A, 1987.
- BRASIL/MEC. *I Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão de Universidades Públicas*. Brasília, 1987. (mimeo)
- CADERNOS ANDES. *Proposta do ANDES – sindicato nacional para a universidade brasileira*. Sindicato ANDES/NACIONAL, nº2. Edição especial, atualizada e revisada. Brasília, jul, 1996.
- CANANÉA, Fernando Abath L. C. *O mar e a jangada: política cultural e extensão universitária*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.
- CORDEIRO, Maria Celeste Magalhães. *Universidade e democracia: a importância da extensão*. Coleção Documentos Universitários – 21. Extensão universitária: um canal em dupla-mão. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1986.
- CUNHA, Daisy Moreira & LAUDARES, João Bosco. *Trabalho: diálogos multidisciplinares*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

DRÈZE, Jacques. *Concepções de universidade*. Por Jacques Drèze e Jean Debelle. Tradução de Francisco de Assis Garcia e Celina Fontenele Garcia, Fortaleza, Edições Universidade Federal do Ceará, 1983.

DRÈZE, Jacques. *l'université dans la société contemporaine e le devenir de Louvain*. In: La Revue Nouvelle, Jun, 1965.

FAGUNDES, José. *Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas*. Campinas, Editora da Unicamp, 1986.

FÁVERO, Maria de Lourdes A. Em defesa da universidade pública. *Universidade e Educação*. Coletânea CBE. Campinas, SP: Papirus: Cedes: São Paulo: Ande: Anped, 1992.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 8. Ed., 1987.

GURSDORF, G. *L'université en question*. Paris: Payot, 1964.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la acción comunicativa: complementos e estudos prévios*. Madrid, Ediciones Cátedra, S.A., 1997.

JASPERS, K. & ROSSMANN, K. *Die idee der universitat*. Springer, Berlin-Göttingen-Heidelberg, 1961.

JEZINE, E. *A crise da universidade e o compromisso social da extensão universitária*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.

LIMOEIRO CARDOSO, Miriam. *Trabalho intelectual e avaliação*. In: Cadernos ANDES, n.º 7. ZAS, Juiz de Fora, MG: Gráfica e Editora, 1989.

MARX, K. & ENGELS, F. *Crítica da educação e do ensino*. Introdução e notas de Roger Dangeville. Lisboa: Moraes Editora, 1978.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. vol. I. Apresentação de Jacob Gorender; Coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (os economistas).

MASI, Domenico de. *O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. Trad. Yadir A. Figueiredo. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Ed. da UnB, 1999.

MELO NETO, José Francisco. *Extensão universitária – uma análise crítica*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2001.

_____. *Extensão popular*. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2006.

_____. *Diálogo em educação* (Platão, Habermas e Freire). João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2011.

MENDONÇA, Ana Valeska P. C. A universidade no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. N.º 14. Mai/jun/jul/ago de 2000.

NEWMAN, John Henry Cardinal. *The idea of a university*. Longmans, Green, and Co. London, New York, Bombay, and Calcutta. 1907.

OLIVEIRA, Otom Anselmo. *Universidade e desafios contemporâneos*. Natal: Editora da UFRN, 1999.

PINHEIRO, Wladimir Nunes. *Resgatando a história da universidade e da extensão universitária: elementos para uma reflexão acerca do papel social do ensino superior*. João Pessoa, 2011 (mimeo – 54 p).

RICOEUR, Paul. *Faire l'université*. Esprit: 1162-72, mai-jun, 1964.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. As oito teses equivocadas sobre a extensão universitária. In: *A universidade e o desenvolvimento regional*. Fortaleza: Edições UFC, 1980. PP. 216-244.

_____. *O caminho do conceito da extensão universitária na relação universidade/sociedade*. (Documento preliminar). Brasília, jul/1989. (mimeo).

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 9. Ed., 1987.

SINTESPB (Sindicato dos Trabalhadores em Serviços Públicos Federais do Estado da Paraíba. *Educação: direito do cidadão, dever do Estado*. VI CONSINTESP – Congresso dos Trabalhadores em Serviços Públicos Federais da Paraíba. Bananeiras, PB, 1995.

SOUSA, Ana Luiza Lima. *A história da extensão universitária*. Campinas: Editora Alinea, 2000.

TAVARES, José Nilo. Educação e imperialismo no Brasil. In: *Educação e Sociedade* (7)p.24. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados, 1980.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. Educação superior cidadã e extensão universitária: possibilidades e limitações na Lei n^o 9394/96 – LDB. In: *Educação superior & políticas públicas*. Elcio de Gusmão Verçosa (org.) Maceió: Adufal/Proex. 1998.

TEMAS EM EDUCAÇÃO. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal da Paraíba, n^{os}7/8, 1998/1999. João Pessoa: Editora da UFPB,1999.

UNE. *Alfabetação – a crise nacional, a universidade e a luta dos estudantes*. Cadernos democracia socialista. Vol IX. São Paulo: Editora Aparte, 1990.

_____. *Declaração da Bahia*. Salvador, 1961 (mimeo).

VASCONCELOS, Eymard; FROTA, Lia Haikal; SIMON, Eduardo (orgs.). *Perplexidade na universidade: vivências nos cursos de saúde*. São Paulo: Hucitet/Edições Mandacaru, 2006.

WHITEHEAD, A. N. *The aims of educations*. London, Willians and Norgato, London, 1929.

WOLFF, Robert Paul. *O ideal de universidade*. Tradução de Sonia Rodrigues e Maria Cecília P. Lima. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.